



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000440141

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos do Embargos de Declaração Cível nº 0046941-09.2012.8.26.0577/50000, da Comarca de São José dos Campos, em que é embargante REGIANA DE QUEIROZ ROCHA (JUSTIÇA GRATUITA), são embargados ESTADO DE SÃO PAULO e SELECTA COMERCIO E INDUSTRIA S/A (MASSA FALIDA).

ACORDAM, em 11ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: "Rejeitaram os embargos. V. U.", de conformidade com o voto do Relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Exmos. Desembargadores RICARDO DIP (Presidente sem voto), OSCILD DE LIMA JÚNIOR E AFONSO FARO JR..

São Paulo, 6 de maio de 2025.

JARBAS GOMES
RELATOR
Assinatura Eletrônica



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

VOTO N° 30.802/2025

11ª Câmara de Direito Público

Embargos de Declaração nº 0046941-09.2012.8.26.0577/50000

Embargante: Regiana de Queiroz Rocha

Embargados: Estado de São Paulo e outros

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. PREQUESTIONAMENTO. EMBARGOS REJEITADOS.

I. CASO EM EXAME

1. Embargos de declaração opostos contra a decisão que reformou a r. sentença para julgar improcedente o pedido de reparação de danos formulado por ex-ocupante da comunidade Pinheirinho.

II. QUESTÃO EM DISCUSSÃO

2. Alega a embargante que o acórdão é omissor ao não se manifestar sobre questões que entende pertinentes ao deslinde da causa. Objetiva o prequestionamento.

III. RAZÕES DE DECIDIR

3. Considera-se omissa a decisão que deixar de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento ou, ainda, incorra em qualquer das condutas descritas no artigo 489, §1º, do Código de Processo Civil. Inocorrência. Decisão que apreciou toda a matéria pertinente à reparação civil.

IV. DISPOSITIVO

4. Embargos de declaração rejeitados.

Trata-se de embargos de declaração opostos por *REGIANA DE QUEIROZ ROCHA* contra o acórdão de fls. 788-805 (dígito 00000), com fulcro no artigo 1.022, incisos I e II, do Código de Processo Civil.



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Sustenta, em síntese, que o acórdão embargado não apreciou a demanda pelo prisma da legislação federal, atribuindo ônus excessivo à autora. Afirma que o *decisum* deixou de se manifestar sobre pontos que entende essenciais para o deslinde da controvérsia —responsabilidade do Estado pelos bens da autora; violações das prerrogativas dos advogados e defensores; não apreciação da prova estatística; suposta ciência dos moradores a respeito da ordem de reintegração de posse —e sobre o disposto nos artigos 82, 369 e 373, § 1º, 489, § 1º, incisos I e IV, do Código de Processo Civil; 186 e 927, *caput* e parágrafo único do Código Civil; e 37, § 6º, da Constituição Federal. Objetiva o prequestionamento.

É o breve relato.

Inicialmente, a teor do disposto no artigo 1.022, do Código de Processo Civil, os embargos de declaração são destinados a esclarecer obscuridade ou eliminar contradição (inciso I) e suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento (inciso II), além de corrigir erro material (inciso III).

Considera-se omissa a decisão que deixar de se manifestar sobre tese firmada em julgamento de casos repetitivos ou em incidente de assunção de competência aplicável ao caso sob julgamento ou, ainda, incorra em qualquer das condutas

descritas no artigo 489, §1º, do Código de Processo Civil (elementos essenciais da sentença).

No caso concreto, não houve omissão passível de correção pela via dos aclaratórios, uma vez que toda a matéria referente à reparação civil foi devidamente analisada pela Turma Julgadora, que delimitou a matéria nos seguintes termos:

“Primeiramente, é oportuno destacar que, tratando-se de ação civil individual voltada à reparação de danos materiais e morais, os requisitos necessários à condenação devem ser analisados tão somente em relação à parte autora. No mais, os fatos e alegações serão sopesadas considerando a magnitude da reintegração — uma área de 57 alqueires com consolidada ocupação — a singularidade da operação e os limites de atuação dos envolvidos” (fl. 795).

Constou, ainda:

“Consta dos autos que a desocupação foi precedida de reuniões com as instituições responsáveis pelo cumprimento da ordem judicial, representantes da OAB, dos ocupantes e da massa falida. Foram disponibilizados ônibus, caminhões, tratores, retroescavadeiras, vans para transporte dos desalojados, ambulâncias, profissionais de saúde, trabalhadores braçais, banheiros químicos, caminhões-pipa, caminhões para transporte dos animais capturados e outros equipamentos (fls. 30-33).

Os ocupantes foram previamente notificados da iminência do cumprimento da ordem judicial e da necessidade de desocupação do imóvel de forma voluntária, razão pela qual não se sustenta a alegação de que a operação teria sido repentina. Como observado pelo Il. Des. Afonso Faro Jr. em caso idêntico:

“Das detalhadas informações prestadas pela polícia militar sobre a operação de reintegração de posse da área

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

denominada Pinheirinho é possível verificar a comprometida diligência baseada em providências preparatórias antes da efetiva operação de desocupação como, por exemplo, a definição de logística em reunião com diversas autoridades; a solicitação de caminhões, tratores, banheiros químicos; a designação de médicos, enfermeiros, assistentes sociais e psicólogos.

Ademais, nos dias que antecederam o início do cumprimento da ordem judicial em 22/01/12, há relatos da cientificação dos moradores por intermédio de oficial de justiça mediante a leitura do mandado de reintegração, bem como a distribuição de folhetos:

'Em 12 de janeiro de 2012, como uma das etapas de Operação, a Polícia Militar esteve no 'Pinheirinho' acompanhando o Oficial de Justiça para leitura oficial do Mandado de Reintegração de Posse, quando os moradores foram formalmente cientificados da iminência da operação da Polícia Militar, ressalta-se que representante da Justiça foi hostilizado pelos moradores, incitados pela liderança do movimento, não havendo agressões pela presença preventiva da Polícia Militar.

No dia 16 de janeiro de 2012 foram lançados 5.000 (cinco mil) folhetos sobre o 'Pinheirinho', conclamando os moradores a cooperarem com a Polícia Militar no cumprimento do Mandado de Reintegração de Posse, desocupando de maneira ordeira e pacífica as edificações, panfletos esses que foram queimados em ato público de resistência ao cumprimento da Ordem Judicial' (fls. 192).

(...)

Consta que a movimentação de saída dos moradores foi tranquila, sem atropelos, sendo que toda saída foi acompanhada pelos mais de 40 (quarenta) Oficiais de Justiça, procedido de identificação de suas respectivas residências e entrega de um número identificador de seu imóvel, sendo encerrada essa saída por volta das 19:00h, reafirmando que toda retirada foi processada pelos representantes de Justiça.

Ainda durante o primeiro dia, destinada a desocupação da área, teria sido possível observar que havia um grande número de edificações abandonadas, pois várias pessoas já haviam se retirado do local nos dias que antecederam a operação, mesmo sem saber a data exata do cumprimento do mandado, bem como um grande número de pessoas que saíram pacificamente à medida que o policiamento adentrava à área,

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

corroborando o que já era de conhecimento da Instituição, ou seja, o fato de que havia pessoas tentando sair do local e que eram impedidas, conforme ligações gravadas no telefone de emergência da Polícia Militar nas quais as pessoas denunciavam que estavam sendo impedidas de se retirarem do local e que no 'Pinheirinho' havia pessoas armadas dispostas a resistirem ao cumprimento da Ordem Judicial' (fls. 193).

Assim as alegações de negligência dos réus, a afirmação de que não lhe foi dada a oportunidade de retirar os seus bens está desamparada de arcabouço probatório, tendo em vista que foi amplamente divulgado a iminência do cumprimento da ordem judicial proferida no bojo de ação possessória à luz dos princípios do contraditório e da ampla defesa" (Apelação nº, da 11ª Câmara de Direito Público, j. em 15.1.2025).

Não há nos autos elementos de prova que indiquem que a autora tenha sido vítima de violência ou abuso por parte dos agentes do Estado que cumpriam a ordem de reintegração, tampouco que tenha sido submetida a situação degradante nos abrigos provisórios instalados pela Prefeitura Municipal. Infere-se que estes contaram com a estrutura mínima necessária para atender o grande contingente deslocado de forma temporária, voltados a atender as necessidades básicas dos ocupantes. As circunstâncias, repita-se, devem ser sopesadas de acordo com a situação limítrofe a que estavam submetidos os envolvidos.

No mais, consta dos ofícios encaminhados pela Secretaria de Desenvolvimento Social que "nenhuma família permaneceu abrigada após 12/03/12, todos conseguiram auxílio locação de imóvel ou foram para casa de parentes" e que as famílias receberiam auxílio-aluguel pelo período de 6 meses, prorrogável por mais 6, nos termos da Lei Municipal nº 8.598/2012 (fl. 299). Assim, atendida sua finalidade, os alojamentos foram desfeitos e as famílias atendidas, razão pela qual não é possível, a partir dos elementos disponíveis, inferir que o Município teria agido de forma negligente ou que a autora tenha sido lesada em sua esfera moral. Outrossim, consta que a autora foi beneficiada com o "Programa Aluguel Social" (fl. 17).

(...)

A inicial foi instruída com uma relação genérica de bens que supostamente teriam sido extraviados ou destruídos (fl. 28). Não há provas de que os bens teriam sido relacionados pelo Oficial de Justiça, armazenados ou buscados

PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

pela parte autora nos depósitos disponibilizados pela Selecta.

E, ainda que haja indícios de que alguns imóveis tenham sido demolidos sem a retirada de móveis e objetos, a simples presunção do dano não basta para imputar à ré o dever de indenizar.

Nesse contexto, não comprovado o dano, desincumbindo-se a parte autora do ônus que lhe competia exclusivamente (artigo 373, inciso I, do Código de Processo Civil), forçoso reconhecer a improcedência do pedido, solução corroborada pela jurisprudência deste Eg. Tribunal em julgados envolvendo a mesma reintegração de posse:

(...)

Pontua-se, por fim, que não se desconhece o problema de acesso à moradia ou a situação de vulnerabilidade das famílias que ocupavam a área. No entanto, tais problemas, expostos pela parte autora na inicial e que requerem a devida atenção por parte do Estado e de toda a sociedade, não substituem os requisitos necessários à condenação dos réus em ação reparatória individual e que, no caso concreto, não foram preenchidos" (fl. 796-804).

Em última análise, pretende a embargante, em razão do decidido pela Turma Julgadora, reinstalar a discussão sobre questões analisadas ou que não alterariam o resultado da lide, o que encontra óbice na circunstância de que *"mesmo nos embargos de declaração com fim de prequestionamento, devem-se observar os lindes traçados no artigo 535 do Código de Processo Civil (obscuridade, dúvida, contradição, omissão e, por construção pretoriana integrativa, a hipótese de erro material). Esse recurso não é meio hábil ao reexame da causa"* (EDcl no REsp nº 14.058/SP, 1ª T.;, rel. Min. Demócrito Reinaldo, j. em 18.5.1992).

Nesse aspecto, há de ter-se em mente que *"os embargos de declaração são recurso de índole particular, cujo objetivo é a*



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

declaração do verdadeiro sentido de uma decisão eivada de obscuridade, contradição ou omissão (CPC, art. 535). Específicas as suas hipóteses de cabimento, não se prestam à revisão do julgado embargado. Desde que os fundamentos adotados bastem para justificar o concluído na decisão, o julgador não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos utilizados pela parte". (EDcl no AgRg no CC nº 26.808/RJ, 2ª S., rel. Min. Castro Filho, j. em 8.5.2002).

Não está, pois, o Magistrado jungido *"a responder todas as alegações das partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para fundar a decisão, nem se obriga a ater-se aos fundamentos indicados por elas e tampouco a responder um a um todos os seus argumentos"* (REsp nº 257.940/PR, 2ª T., rel. Min. Francisco Peçanha Martins, j. em 5.12.2002), assim como não lhe é imposto *"examinar todas as normas legais citadas e todos os argumentos utilizados pelas partes, e sim somente aqueles que julgar pertinente para lastrear sua decisão"* (EDcl no REsp nº 27.261/MG, 1ª T., rel. Min. Garcia Vieira, j. em 15.2.1993).

Outrossim, a circunstância de o entendimento do Colegiado não se alinhar aos interesses dos envolvidos não configura vício, pois *"a garantia de acesso ao Judiciário não pode ser tida como certeza de que as teses serão apreciadas de acordo com a conveniência das partes"* (RE nº 113.958, 1ª T., rel. Min. Ilmar Galvão, j. em 15.10.1996).

Tenha-se em mente que *"o simples*

descontentamento da parte com o julgado não tem o condão de tornar cabíveis os Embargos de Declaração, que servem ao aprimoramento da decisão, mas não à sua modificação, que só muito excepcionalmente é admitida. In casu, fica claro que não há vícios a serem sanados e que os Aclaratórios veiculam mero inconformismo com o conteúdo da decisão embargada, que foi desfavorável à recorrente. O órgão julgador não é obrigado a rebater, um a um, todos os argumentos trazidos pelas partes em defesa da tese que apresentaram. Deve apenas enfrentar a demanda, observando as questões relevantes e imprescindíveis à sua resolução” (REsp nº 1.793.671/SP, 2ª T., rel. Min. Herman Benjamin, j. em 26.2.2019).

Nada justifica, portanto, a oposição desta medida integrativa, ainda que com o objetivo de interposição de recursos às Cortes mais altas, mesmo porque o que se prequestiona é a matéria e não o preceito legal ou constitucional. Nesse sentido já decidiu o Superior Tribunal de Justiça:

“A nulidade do julgamento por omissão tem por pressuposto a necessidade de a Câmara pronunciar-se sobre o ponto. Se a fundamentação da conclusão a que chegou independe do enfrentamento dos dispositivos legais citados pela parte, inexistente omissão sanável através de embargos de declaração.”

(REsp nº 88.365/SP, 4ª T., rel. Min. Ruy Rosado de Aguiar, j. em 14.5.1996);

“O acolhimento dos embargos de declaração opostos com propósito de prequestionamento condiciona-se ao fato de existir na decisão embargada algum dos vícios

indicados no artigo 535 do CPC. Fora dessas hipóteses, não está o julgador obrigado a mencionar expressamente dispositivos legais e constitucionais para futura interposição dos recursos derradeiros."

(REsp nº 859.084/PR, 2ª T., rel. Min. Castro Meira, j. em 15.2.2007);

"É pacífica a jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça no sentido de que não viola o art. 535 do CPC, tampouco nega a prestação jurisdicional, o acórdão que, mesmo sem ter examinado individualmente cada um dos argumentos trazidos pelo vencido, adota, entretanto, fundamentação suficiente para decidir de modo integral a controvérsia."

(REsp nº 999.197/RS, 1ª T., rel. Min. Denise Arruda, j. em 23.9.2008).

Por fim, consideram-se expressamente prequestionadas todas as questões suscitadas pelas partes, viabilizando-se, portanto, eventual interposição de recursos aos Tribunais Superiores, já que o acórdão apreciou todas as questões necessárias à motivação do julgamento.

Como se vê, mais não é preciso dizer.

Isto posto, rejeitam-se os embargos opostos.

Eventual insurgência apresentada em face deste acórdão estará sujeita a julgamento virtual, nos termos da Resolução nº 549/2011 do Colendo Órgão Especial deste Egrégio Tribunal de Justiça, ressaltando-se que as partes poderão, no momento da apresentação do recurso, opor-se à forma do julgamento ou manifestar interesse no preparo de memoriais. No silêncio, privilegiando-se o princípio da celeridade processual,



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

prosseguir-se-á o julgamento virtual, na forma dos §§ 1º a 3º do artigo 1º da referida Resolução.

José Jarbas de Aguiar Gomes
Relator